

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2020

**EXCELÊNCIA EM
SANIDADE AGROPECUÁRIA**

Cidasc

Companhia Integrada
de Desenvolvimento
Agrícola Santa Catarina



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DE ESTADO DA
AGRICULTURA, DA PESCA E
DO DESENVOLVIMENTO RURAL

GOVERNADORA DO ESTADO

Carlos Moisés da Silva

PRESIDENTE

Antonio Plínio de Castro Silva

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr

**DIRETORA ADMINISTRATIVA
FINANCEIRA**

Vanessa Souza Adami do Espírito Santo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA
AGRICULTURA E DA PESCA E DO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Altair Silva

**DIRETORA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA**

Diego Rodrigo Torres Severo

SECRETÁRIO ADJUNTO

Ricardo Miotto Ternus

DIRETOR INSTITUCIONAL
Marcos Roberto Pacheco**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2020:**

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE OPERAÇÕES COMERCIAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO PATRIMONIAL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS ORIGEM ANIMAL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

CHEFIA DE GABINETE

**IDENTIFICAÇÃO E DADOS
GERAIS****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA****440022 Companhia Integrada de Desenvolvimento
Agrícola de Santa Catarina**

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Empresa Pública, criada há mais de 40 anos é a principal responsável por executar ações de sanidade animal e vegetal. Atua também na preservação da saúde pública e promoção do agronegócio e desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Suas atividades são divididas em três principais áreas técnicas: Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal e Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Competências

I – Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (Serviço de Inspeção Estadual – SIE), por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II – Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

INFORMAÇÕESDepartamento Estadual de
PlanejamentoE-mail: depla@cidasc.sc.gov.br

Telefone: (48) 3665-7040

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga,
1588, Itacorubi, CEP 88034-001 –
Florianópolis - SC



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS	4	5. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	52
1.1. DADOS GERAIS (ANEXO V, ITEM I)	5	5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	52
1.2. PRINCIPAIS RESULTADOS	7	5.2. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL – VALORES (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA A)	54
1.3. ROL DE RESPONSÁVEIS NO ANO DE 2019 (ANEXO V, ITEM I)	10	5.3. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL – QUANTIDADE (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA A)	55
1.4. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS (ANEXO V, ITEM I)	20	5.4. DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA B)	56
1.5. ORGANOGRAMA (ANEXO V, ITEM I)	22	5.5. REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA D)	57
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23	6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	58
2.1. IDENTIDADE INSTITUCIONAL	23	6.1. BENS MÓVEIS	58
2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	24	6.2. BENS IMÓVEIS	59
2.3. PARTES INTERESSADAS	24	6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	59
2.4. PRINCIPAIS PARCEIROS	24	7. LICITAÇÕES E CONTRATOS	64
2.5. PRINCIPAIS PROCESSOS FINALÍSTICOS	25	7.1. VALORES ANUAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE (ANEXO V, ITEM V, ALÍNEA A)	64
2.6. PRINCIPAIS PROCESSOS DE APOIO	38	8. CONTROLE INTERNO	65
3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA	39	8.1. RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2019 (ANEXO V, ITEM VI, ALÍNEA A)	65
3.1. PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – EXERCÍCIO 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 1)	39	8.2. RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO (ANEXO V, ITEM VI, ALÍNEA B)	68
3.2. DESPESA POR PROGRAMA - EXERCÍCIO 2019	41		
3.3. RECURSOS APLICADOS POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – EXECUÇÃO 2016 A 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 1)	42		
3.4. JUSTIFICATIVA SOBRE AS SUBAÇÕES NÃO REALIZADAS OU REALIZADAS PARCIALMENTE – EXERCÍCIO DE 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 2)	43		
3.5. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – EXECUÇÃO 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 1)	43		
3.6. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS – EXERCÍCIO 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 3)	46		
3.7. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 4)	47		
3.8. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 5)	48		
4. ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO	48		
4.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL EM 2019 (ANEXO V, ITEM II, SUBITEM A 2)	48		
4.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS PRIORIDADES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) - 2019	51		



1.1. Dados Gerais (Anexo V, Item I)

IDENTIFICAÇÃO	A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.
CNPJ	83.807.586/0001-28
Endereço:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC
Telefone:	(48) 3665-7000
Site:	www.cidasc.sc.gov.br
Ato de Criação:	Decreto-lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979
Estatuto	Aprovado em 05/09/2019 pelo Conselho de Administração da Cidasc. Registro na Junta Comercial nº. 20196527058. Link do documento: http://www.cidasc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/ESTATUTO-SOCIAL-CIDASC-2019-APROVADO-EM-AGE-30.04.19.pdf
Regimento Geral / Interno	Aprovado pelo Conselho de Administração da Cidasc em 05/09/2019.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO



Segunda a sexta-feira
08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30

CANAIS DE ATENDIMENTO

Telefone:	(48) 3665-7000
Disque denúncia	0800 643 93 00 (Animal) 0800 644 65 10 (Vegetal)
E-mail:	gabin@cidasc.sc.gov.br
Ouvidoria:	ouvidoria@cidasc.sc.gov.br
SITE:	www.cidasc.sc.gov.br
FACEBOOK	Facebook.com/CIDASC-Companhia-Integrada-de-Desenvolvimento-Agricola-de-Santa-Catarina-132733150130777
TWITTER	Twitter.com/CidascOficial
YOUTUBE	Youtube.com/channel/UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg
ISSUU	Issuu.com/cidasc
SOUNDCLOUD	Soundcloud.com/user-460032353
INSTAGRAM	www.instagram.com/CidascOficial/

SEDE

Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação de produtos de origem vegetal, administração do Terminal Granelero de São Francisco do Sul, política de pessoal, gestão financeira e as atividades relacionadas à formulação de políticas sanitária animal e vegetal no Estado. Esse trabalho é realizado por meio de 3 diretorias, que dão suporte à presidência da Empresa.

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC



Departamentos Regionais

Estão distribuídos estrategicamente pelo estado 19 departamentos regionais que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das Unidades Veterinárias Locais na sua região de abrangência.

Informe-se do endereço e telefone do departamento e sua região de abrangência no site abaixo.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Escritório Municipais

A CIDASC atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de atendimento e UVLs (Unidades Veterinárias Locais).

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul

São Francisco do Sul - Av. Eng. Leite Ribeiro – Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul – SC Telefone: (47) 3481-2370

Postos Fixos de Fiscalização

A CIDASC dispõe também de 63 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e da fronteira com a Argentina.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>



1.2. Rol de Responsáveis no ano de 2020 (Anexo V, Item I)

1. ROL DE RESPONSÁVEIS CIDASC

Nome:	Luciane de Cássia Surdi				CPF:	664.769.849-34	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	luciane@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)			Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (Titular)				
Nome do Cargo ou Função:			Presidente				
Ato de Designação			Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.990	05/04/2019			01/01/2020	31/12/2020		

Nome:	Vanessa de Souza Adami do Espírito Santo				CPF:	004.389.179-95	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	diafi@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)			Membro da Diretoria Executiva				
Nome do Cargo ou Função:			Diretor Administrativo e Financeiro				
Ato de Designação			Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 21.050	05/07/2019			01/01/2020	31/12/2020		

Nome:	Priscila Belleza Maciel				CPF:	030.456.109-60	
-------	--------------------------------	--	--	--	------	----------------	--



Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	pbmaci@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva			
Nome do Cargo ou Função:		Diretoria de Defesa Agropecuária			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.345	22/07/2016			01/01/2020	31/12/2020

Nome:	Luciano da Silva Spindola			CPF:	747.787.900-06
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	luciano@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Comercialização			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.809	11/07/2018	DOE 21.284	17/02/2020	01/01/2020	17/02/2020

Nome:	Marcos Roberto Pacheco			CPF:	916.140.079-34
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	mrpacheco@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					



Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva			
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Desenvolvimento Institucional			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.750	17/04/2018			01/01/2020	31/12/2020

Nome:	Ricardo de Gouvêa	CPF:	514.425.809-53		
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000
Telefone:		Fax:		e-mail:	

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Presidente do Conselho de Administração			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2020	31/12/2020

Nome:	Ricardo Miotto Ternus	CPF:	028.613.069-63		
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000
Telefone:		Fax:		e-mail:	

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2020	31/12/2020



Nome:	Gerson Catalan			CPF:	065.385.259-20	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000	
Telefone:		Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2020	31/12/2020	

Nome:	Athos de Almeida Lopes Filho			CPF:	001.573.979-12	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho Administrativo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.784	06/06/2018	DOE 21.431		01/01/2020	26/06/2020	

Nome:	Humberto Bicca Neto			CPF:	007.725.569-03	
Endereço Funcional:	Avenida Santa Catarina, nº 1.073, Centro					
Cidade:	São Carlos	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						



Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Administrativo			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 21.431	26/06/2020			26/06/2020	31/12/2020

Nome:	Álvaro Antônio Ribas Dourado			CPF:	385.600.549-87
Endereço Funcional:	Rua Alcides Tombini, 33 - Paraíso - Bairro Santelmo				
Cidade:	Caçador	UF:	SC	CEP:	89.500-000
Telefone:	(49)3561.6445	Fax:		e-mail:	alvarod@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo (Representante dos Funcionários) do Conselho Administrativo			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.784	06/06/2018			01/01/2020	31/12/2020

Nome:	Olices Osmar Santini			CPF:	141.945.979-15
Endereço Funcional:	Rua José Francisco Dias Areias, 535 - Trindade				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.036-120
Telefone:		Fax:		e-mail:	santini@senar.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.864	27/09/2018	21.431	07/01/2021	01/01/2020	26/06/2020



Nome:	Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos			CPF:	909.481.499-49
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, nº 3180, Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	
Telefone:		Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho Fiscal				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.864	27/09/2018	21.431	07/01/2021	01/01/2020	26/06/2020

Nome:	Décio Alfredo Rockenbach			CPF:	342.518.209-91
Endereço Funcional:					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	
Telefone:		Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho Fiscal				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2020	31/12/2020

Nome:	José Angelo Di Foggi			CPF:	012.691.638-17
Endereço Funcional:	BR 101 - Km 205 - Barreiros				
Cidade:	São José	UF:	SC	CEP:	88117-901
Telefone:		Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					



Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 21.431	07/01/21			26/06/2020	31/12/2020

Nome:	Miriam Aparecida Zanotto Ogneweta			CPF:	463.559.289-87
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.347, Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:		Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro suplente do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 21.431	07/01/2021			26/06/2020	31/12/2020

Nome:	Ditmar Alfonso Zimath			CPF:	489.983.039-49
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:		Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro suplente do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 20.864	27/09/2018	DOE 21.431	07/01/2021	01/01/2020	26/06/2020



Nome:	Diogo Ramôa Ramos			CPF:	025.119.269-54	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:		
Telefone:		Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro suplente do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2020	31/12/2020	

Nome:	Rosane Schotten			CPF:	868.196.589-15	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001	
Telefone:		Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro suplente do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.431	07/01/2021			26/06/2020	31/12/2020	

Nome:	Cátia Eliana Metzger Jacóbus			CPF:	908.851.989-71	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001	
Telefone:		Fax:		e-mail:		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						



Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro suplente do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE 21.431	07/01/2021			26/06/2020	31/12/2020

Nome:	Eder Pires Bitencourte			CPF:	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	ederpires@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Controle Interno da Unidade			
Nome do Cargo ou Função:		Gestor Estadual Auditoria Interna			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 20119	12/06/2019	Portaria 37919	07/10/2019	01/01/2020	31/12/2020

Nome:	Alexandre de Oliveira Dias			CPF:	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	alexandredias@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Controle Interno da Unidade			
Nome do Cargo ou Função:		Gestor Estadual Auditoria Interna			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 38019	07/10/2019			01/01/2020	31/12/2020



1.3. Competências Institucionais (Anexo V, Item I)

Compete à Cidasc, segundo a **Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007** alterada **pela Lei Complementar nº534/2011 e Lei Complementar 741/2019**:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

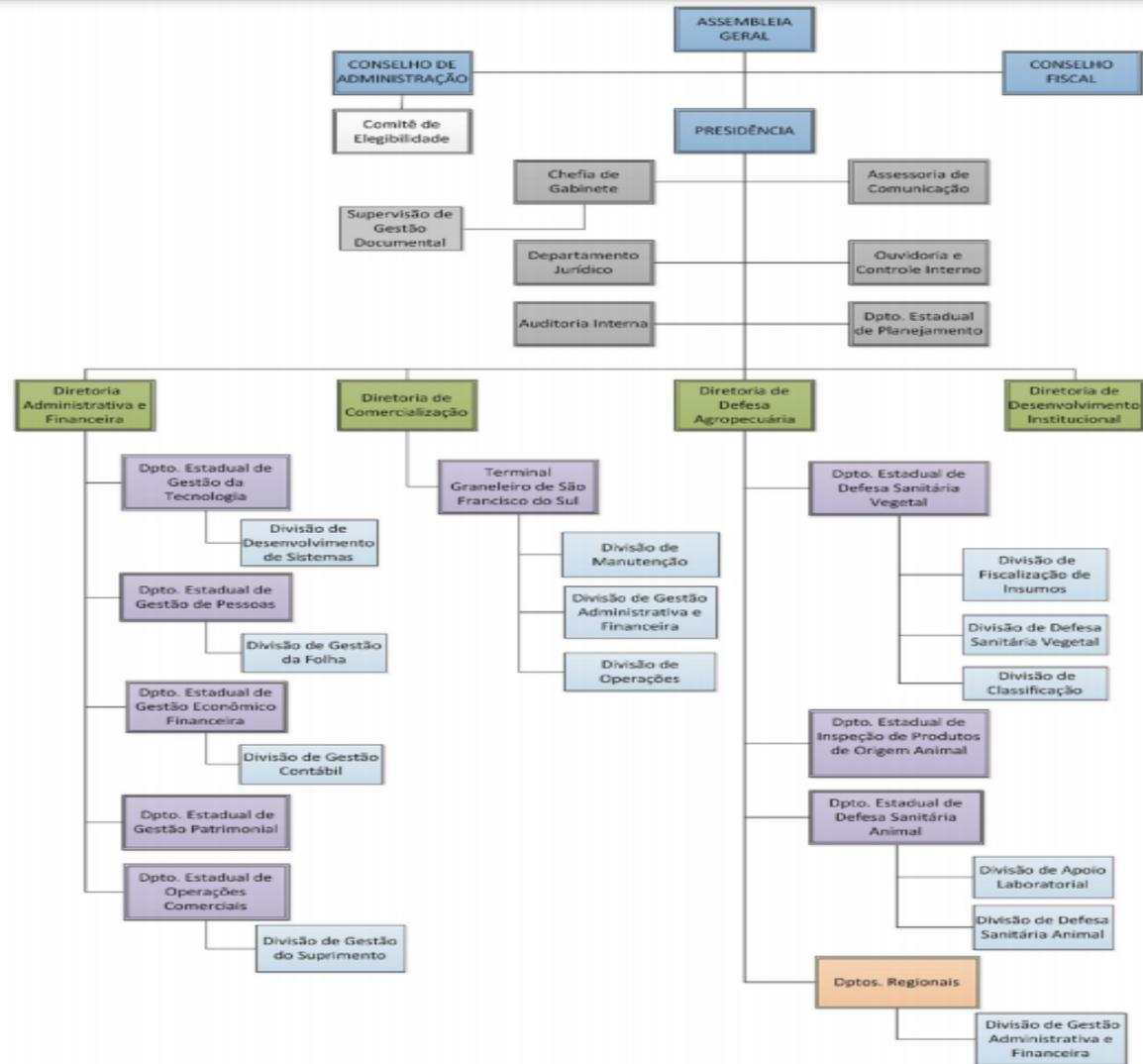
IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

1.4. Organograma (Anexo V, Item I)





1.5. PRINCIPAIS RESULTADOS

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, Empresa Pública, criada em 1979, tem como missão a execução das ações de sanidade animal e vegetal, a preservação da saúde pública, a promoção do agronegócio e do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Com a visão de ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária, a Companhia baseia-se nos seus valores, que são: a excelência, a legalidade, a transparência e a credibilidade, para contribuir com a agropecuária catarinense.

Por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural - SAR, é de competência da Cidasc executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal, assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (Serviço de Inspeção Estadual – SIE); promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; além de estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

Para alcançar a missão da Companhia, os departamentos técnicos, vinculados à Diretoria de Defesa Agropecuária, executam as atividades finalísticas da Cidasc.

Defesa Sanitária Animal

A Defesa Sanitária Animal é um conjunto de atividades de Estado voltadas ao interesse da segurança agro-sanitária, cujos objetivos gerais podem ser resumidos em preservação da sanidade da produção animal, da saúde pública e do meio ambiente, do fortalecimento da economia e da promoção do bem-estar social ao contribuir para a contínua melhoria na condição agro-sanitária catarinense, visando agregar valor e acessar mercados consumidores internos e externos. Atualmente, Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE como Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e de Zona Livre de Peste Suína Clássica, além de possuir a menor prevalência nacional de Brucelose e Tuberculose. Em relação a essas duas últimas doenças, importantíssimas para saúde pública, a Cidasc possui o propósito desafiador de erradicá-las de seu rebanho e vem desenvolvendo atividades de vigilância ativa para atingir esse objetivo. Um importante trabalho iniciado ano passado foi a elaboração do Plano de Continuidade Agropecuária, que viabiliza o prosseguimento das atividades agropecuárias mesmo em casos de emergências zoonosológicas, diminuindo as perdas econômicas e, conseqüentemente, assegurando menor impacto no PIB do Estado.

Apesar da pandemia que estamos vivenciando há mais de um ano, alguns números demonstram que a Cidasc fornece serviços essenciais e expressivos para o agronegócio catarinense. Na Defesa Sanitária Animal, em 2020, destacamos a Certificação de mais de mil propriedades livres de brucelose e tuberculose;



atendimentos a 1.230 notificações de suspeitas de síndrome nervosa, síndrome vesicular, síndrome hemorrágica dos suínos e síndrome respiratória e nervosa das aves, sendo que 91% deles ocorreram em até 24 horas após a notificação; emissão de mais de 1.200.000 Guias de Trânsito Animal – GTAs, para as diversas espécies e finalidades; 330.000 fiscalizações de trânsito em postos fixos e 168 atividades de fiscalizações com barreiras móveis; realização de mais de 11.340 exames para diagnóstico de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina; distribuição de 1.123.791 brincos de identificação de bovinos e bubalinos; capacitação de mais de 1.200 médicos veterinários no serviço de defesa sanitária animal; mais de 1.970 amostras colhidas para vigilância em sanidade suídea; mais de mil análises de ficotoxinas, análises microbiológicas e contagens de microalgas; dentre outras.

Defesa Sanitária Vegetal

A vigilância fitossanitária executada pela Cidasc por meio do seu Departamento de Defesa Sanitária Vegetal realizou em 2020 mais de 2400 inspeções de pragas, monitoramentos de armadilhas e fiscalizações em todo o estado, com atenção especial às 6000 unidades de produção inscritas no processo de certificação fitossanitária, para garantir a manutenção de status livre de pragas como Traça da Maçã, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira, Greening e Cancro da Videira. Esse processo possibilitou a comercialização desses produtos para outros estados e países, sendo o trânsito dessa produção possível com a emissão de 64.782 permissões de trânsito vegetal no ano de 2020, permitindo o comércio de 684,5 mil toneladas de produtos como maçã e banana para outros estados e países.

Outra área de destaque é a atuação da Cidasc no que diz respeito aos agrotóxicos. Em 2020, foram realizadas 1250 fiscalizações de comerciantes, usuários e profissionais, através das quais a Companhia visa garantir à sociedade que estes produtos sejam utilizados de forma segura. Com a instituição do Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, no ano passado, cujo objetivo é aprimorar o controle do comércio, armazenamento e uso de agrotóxicos, estão previstas análises de até 800 amostras de monitoramento e para fins fiscais de produtos de origem vegetal, abelhas e insumos agrícolas na safra 2020/21. Em relação ao controle externo de qualidade, em 2020, mais de 400 amostras de sementes demonstraram inconformidades em 24% das amostras de sementes, refletindo a necessidade de melhoria da qualidade do material propagativo comercializado para os agricultores catarinenses.

Inspeção de Produtos de Origem Animal

O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual – SIE, contribui ativamente com ações direcionadas à segurança dos alimentos, à garantia de produtos de qualidade e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina. A expansão do comércio dos estabelecimentos de Santa Catarina para o mercado nacional é impulsionada através da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, que em 2020 contou com 8 adesões, totalizando 47 estabelecimentos catarinenses aptos a oferecerem seus produtos além das fronteiras estaduais. Visando a valorização dos produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses, a Cidasc, está concedendo o Selo Arte desde o ano passado, sendo também um indicador monitorado diretamente pelo Governo do Estado. O Selo Arte tem mudado a vida dos produtores, que poderão alcançar novos mercados em todo o país. Outro marco de valorização de vários produtos lácteos e cárneos foi a regulamentação do processo produtivo. Contabilizamos quatro portarias de normatização da produção da Linguíça



Blumenau, do “Queijo de porco”, da Morcela branca e do Mel de abelha sem ferrão. Estas regulamentações têm como benefícios a regularização e a valorização destes produtos tradicionais produzidos em Santa Catarina.

1.6 Indicadores De Governo

Em consonância com a Lei Complementar nº 741/2019, a Cidasc desenvolveu alguns indicadores que demonstram uma pequena parte das atividades desenvolvidas pela empresa, porém que permitem ao Governo do Estado acompanhar parte do desempenho desta Companhia.

PERCENTUAL DE PROPRIEDADES FISCALIZADAS / VISTORIADAS, DENTRE AS 3.600 PROPRIEDADES DE MAIOR RISCO SANITÁRIO, ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

A vigilância epidemiológica, dentro da Defesa Sanitária Animal, se destina a demonstrar a ausência de determinada doença ou infecção em uma população estabelecida, bem como descrever sua presença e distribuição e, ainda, detectar precocemente a reintrodução de doenças exóticas ou emergenciais. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) alerta para o fato de não haver método científico capaz de fornecer uma certeza absoluta da ausência de determinada doença ou infecção e recomenda que o atendimento a essa demanda esteja fundamentado, preferencialmente, em ações contínuas de vigilância, suportadas por adequado sistema de informação. Assim, a combinação dos dados obtidos por fontes aleatórias com fontes não aleatórias e dirigidas aos riscos eleva o nível de confiança do processo ou, ao menos, aumenta a capacidade de detecção de limites ainda inferiores da ocorrência da doença ou infecção em relação à prevalência de delineamento, mantido o nível de confiança dos estudos estruturados.

Uma das estratégias que encontra cada vez maior respaldo na literatura especializada é a vigilância baseada em risco, que baseia-se no fato de as propriedades não possuírem riscos homogêneos de estarem infectadas e, tampouco, de serem detectadas caso possuam animais doentes. Esta metodologia segrega as subpopulações com base nos fatores de risco a que estão expostas e na probabilidade de detecção desta exposição. Assim, elementos da vigilância baseada em risco podem ser observados praticamente na totalidade das atividades desempenhadas para vigilância, sejam as sorologias para detecção ou mesmo o monitoramento permanente das propriedades consideradas de maior risco.

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS ABATEDOUROS DE BOVINOS COM SISTEMA DE VIGILÂNCIA ATIVA PARA BRUCELOSE E TUBERCULOSE IMPLEMENTADO

O sistema de vigilância ativa permite detectar, de forma mais rápida e econômica, os rebanhos com suspeita de doenças. Este indicador demonstra o resultado da implantação de vigilância ativa para detecção de focos de brucelose e tuberculose utilizando a cadeia produtiva da carne, onde os animais enviados para o abate, de forma aleatória, são examinados para estas duas doenças. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.



A vigilância da tuberculose já está implantada em todos os abatedouros com Serviço de Inspeção Federal - SIF e SIE desde 2018. Em fevereiro de 2020 foi implantada em todos os SIE por meio da Instrução de Serviço Conjunta nº10 a vigilância da brucelose, com prazo de 30 dias para ser colocada em prática.

NÚMERO DE PROPRIEDADES LEITEIRAS COM VIGILÂNCIA PARA BRUCELOSE

Trata-se de um indicador que demonstra o resultado do sistema de vigilância ativa para detecção de rebanhos com suspeita de focos de brucelose utilizando a cadeia produtiva do leite, onde amostras de leite de tanque das propriedades serão examinados para detecção de anticorpos contra Brucelose. A aplicação desse sistema evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los. A vigilância da brucelose está implantada apenas na vigilância dos vínculos epidemiológicos com os focos, os exames estão sendo realizados no laboratório de Joinville. A Portaria que exige a vigilância uma vez por ano em propriedades leiteiras está na SAR aguardando publicação.

Um projeto piloto foi realizado pelo Programa SC Rural desde 2011 até 2018 obtendo dados volumosos sobre o melhor diagnóstico a ser utilizado e a melhor logística das amostras utilizando as mesmas amostras da qualidade do leite enviadas à Rede Brasileira de Qualidade do Leite.

SELO ARTE

A concessão do selo ARTE aos produtos de origem animal como queijos, mel, pescados e embutidos produzidos no estado de Santa Catarina em estabelecimentos com serviço de inspeção destina-se a identificação de que estes produtos possuem características artesanais, são elaborados com matérias-primas com origem determinada, a partir de técnicas prioritariamente manuais e por quem tenha o domínio integral do processo. Com isso, a autorização de comercialização destes produtos passa a ser válida para todo o território nacional. Haverá o reconhecimento dos produtores artesanais catarinenses e de seus produtos que serão conhecidos e saboreados em qualquer parte do Brasil, aumentando a renda dos produtores, promovendo a saúde pública e agregando valor ao produto e dando destaque ao estado em todo território nacional.

Após a publicação da Lei Federal nº 13.680/2018 e sua regulamentação pelo Decreto 9.918/2019, a Cidasc por meio do DEINP, reuniu-se com demais entidades como SAR, MAPA e Epagri para elaboração dos procedimentos a serem executados no estado de Santa Catarina, resultando na publicação da Portaria SAR 20/2020, a qual elenca os procedimentos que devem ser adotados e encaminhados pelos interessados, possibilitando a identificação e avaliação dos produtos artesanais catarinenses produzidos segundo as características e métodos tradicionais. Elaboração de capacitação via Youtube para profissionais da área de agricultura, Epagri e serviços de inspeção. Divulgação em mídias sociais, TV e rádio, publicação de reportagens e entrevistas sobre os procedimentos adotados pelo DEINP .

PRODUÇÃO EM CONFORMIDADE COM LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS



A produção de alimentos de forma convencional, com o uso de agrotóxicos, deve ser realizada de acordo com a legislação sobre o uso deste tipo de insumo agrícola. Os agrotóxicos são registrados para culturas e alvos específicos, conforme estudos apresentados aos órgãos em suas competências e precisam ser previamente aprovados pelo Ibama, Anvisa e Mapa.

O uso correto dos agrotóxicos pressupõe que os resíduos dessas substâncias nos alimentos ficarão dentro dos limites considerados seguros para o consumo da população. O uso incorreto, por outro lado, sujeita a população a efeitos não previstos, colocando em risco a saúde coletiva.

Segundo o Decreto Estadual nº 1331/2016, art. 3º, compete à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - Sar, por intermédio da Cidasc, entre outros, o disposto no inciso VIII – amostrar produtos de origem vegetal para avaliação dos níveis remanescentes de resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins; O decreto define ainda, em seu art. 35, que o produtor agrícola ou o manipulador de produto agrícola, conforme responsabilidade a ser apurada em processo administrativo próprio, são os responsáveis pela qualidade dos respectivos produtos, de forma a garantir:

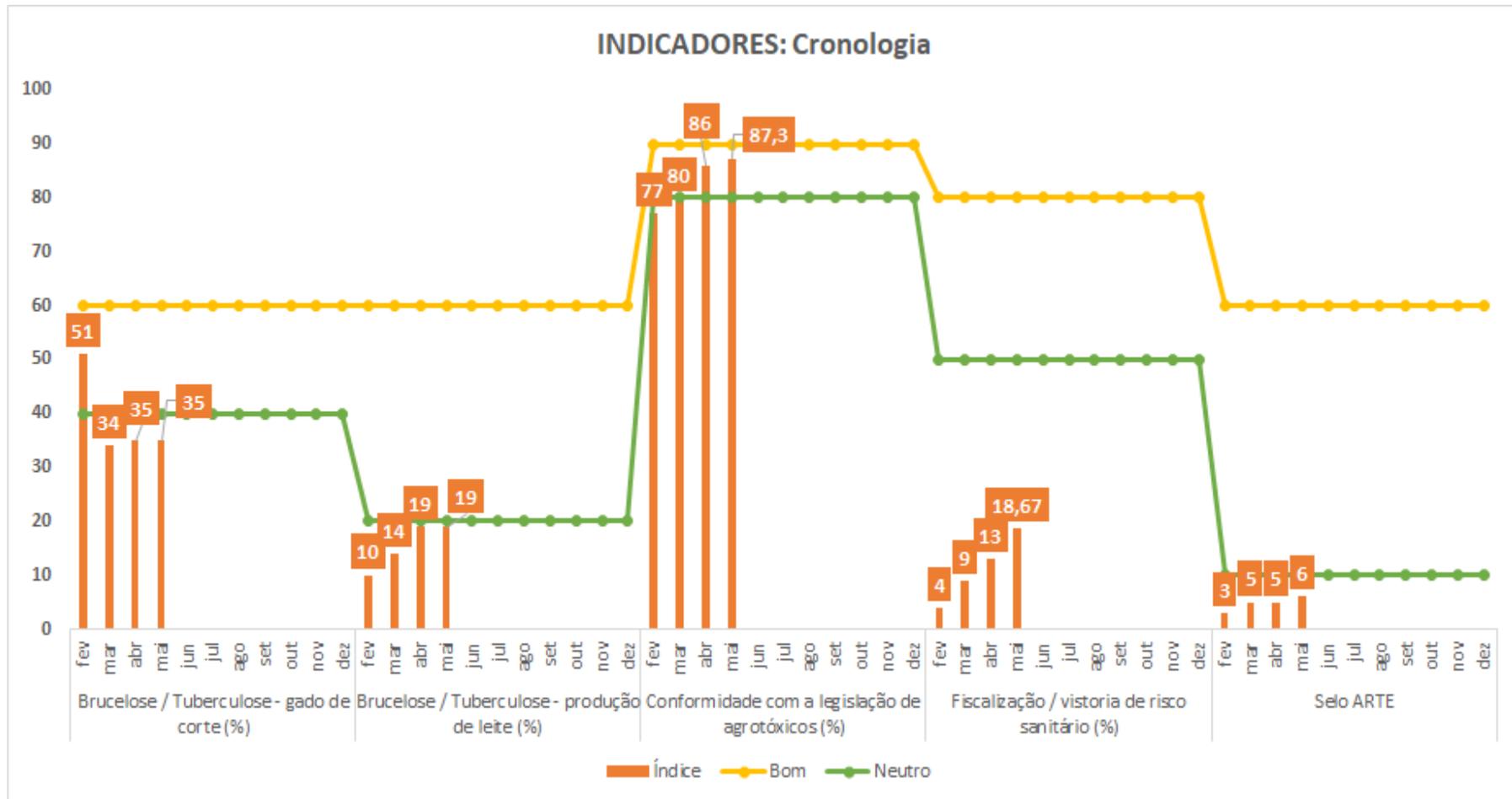
I – que os resíduos de agrotóxicos e afins não ultrapassem os limites máximos permitidos pela legislação em vigor; e

II – a ausência de resíduos de agrotóxicos e afins de uso não autorizado para a cultura.

Parágrafo único. Quando não for possível identificar o produtor agrícola ou o manipulador do produto agrícola, a responsabilidade de que trata o caput deste artigo recairá sobre o detentor do produto.

Os dados disponíveis até 2019 em Santa Catarina são os disponibilizados pelo Ministério Público de Santa Catarina - MPSC como fruto do Programa Alimento Sem Risco - PASR. As coletas das amostras do PASR foram realizadas na sua maioria pela Cidasc por meio de termo de cooperação técnica. O índice de conformidade dos alimentos amostrados em Santa Catarina pelo programa era de apenas 67% em 2011 passando para 83,2% de conformidade em 2019. Os resultados alcançados pelo programa são resultado da redução da sensação de impunidade que existia pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. O MPSC, mediante celebração de termos de ajustamento de conduta - TACs, responsabilizou produtores e comerciantes de alimentos pelos resíduos inconformes detectados nas amostras.

Com o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, com início das amostragens em novembro de 2020, a Cidasc passa assumir os procedimentos administrativos derivados de inconformidades relacionadas aos resíduos de agrotóxicos, permitindo ao estado definir as estratégias na pasta da agricultura para melhorar os índices de conformidade a patamares acima de 90%.





2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Identidade Institucional

Visão	Missão	Valores
<ul style="list-style-type: none">• Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária	<ul style="list-style-type: none">• Executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, Preservar a Saúde Pública, Promover o Agronegócio e o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none">• Excelência• Legalidade• Transparência• Credibilidade



2.2. Objetivos Estratégicos

- Controlar as doenças animais;
- Controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a idoneidade dos produtos de origem animal;
- Garantir a idoneidade dos produtos classificados.

2.3. Partes Interessadas

Pessoas físicas ou jurídicas com potencial para influir positiva ou negativamente sobre objetivos e resultados da organização, mesmo que dela não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão.

2.4. Principais parceiros

- **MAPA** - Ministério da Agricultura e Abastecimento
- **MPSC** - Ministério Público de SC
- Associações de Produtores
- **ICASA** – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária
- **EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural



2.5. Principais Processos Finalísticos

Defesa Sanitária Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário, bem como a saúde única. Capacitações técnicas frequentes, educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	De forma integrada aos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, efetua o controle do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, bem como sistemas afins (habilitação para emissão de GTA, credenciamento para emissão de Cis-e, autorizações de ingresso entre outros), visando assim medidas de proteção do rebanho Catarinense, para manutenção dos padrões sanitários internacionalmente reconhecidos, por meio da minimização do risco de introdução ou reintrodução de enfermidades. Atua junto aos médicos veterinários privados, propriedades, estabelecimentos agroindustriais, postos de fiscalização fixos, barreiras móveis, entre outros.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Epidemiológica	Elaboração de estudos epidemiológicos para verificação da distribuição espacial e temporal das doenças de controle oficial; elaboração de boletins epidemiológicos a partir da análise de dados das investigações e ocorrências registradas pelo Serviço Veterinário Oficial para verificação do perfil de distribuição das notificações e doenças de controle oficial; gerenciamento do sistema de informações zoossanitárias do estado, que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e sua divulgação, aliado ao contexto sanitário nacional a ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária; capacitação do quadro de médicos-veterinários da Cidasc quanto aos	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



	<p>métodos epidemiológicos, bem como quanto à aplicação do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (Sisbravet), visando o registro e acompanhamento das notificações e investigações de suspeitas de doenças; capacitação de médicos veterinários privados, habilitados pelo Serviço Veterinário Oficial, por meio de cursos em plataforma online - Moodle; planejamento das atividades de vigilância ativa junto aos programas sanitários e definição dos critérios de risco estabelecidos por doença de controle oficial objetivando o aprimoramento do sistema de vigilância baseada em risco.</p>		
<p>Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares</p>	<p>O Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares tem o objetivo de manter o estado de Santa Catarina livre da febre aftosa sem vacinação, reunindo as garantias sanitárias necessárias para certificar a ausência da infecção nos rebanhos catarinenses por meio de um sistema de vigilância oficial e da participação comunitária.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Rastreabilidade Bovina e Bubalina</p>	<p>Para aperfeiçoar as medidas de vigilância sanitária nos rebanhos catarinenses recomendadas pela OIE (Organização Internacional de Saúde Animal) são realizadas atividades de identificação individual e rastreabilidade de bovinos e bubalinos, definidas pelo SRBOV-SC (Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina).</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina</p>	<p>Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose, por meio da vigilância e saneamento de focos encontrados, visando a erradicação destas doenças; e certificar um número elevado de estabelecimentos de criação, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública. Realização também a orientação sanitária aos produtores de bovinos e supervisão de médicos veterinários autônomos habilitados para o diagnóstico dessas doenças.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>



<p>Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis</p>	<p>Para o controle da Raiva dos Herbívoros são executadas ações de cadastramento e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, controle populacional de <i>Desmodus rotundus</i>, vigilância em áreas risco, o atendimento às notificações de suspeita de síndromes nervosas, aos focos da doença e o estímulo à vacinação dos animais.</p> <p>A vigilância para Encefalopatias Transmissíveis visa evitar a entrada do agente da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no território nacional, aplicar medidas de mitigação de risco, como a fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes nas propriedades, no intuito de evitar eventual reciclagem e difusão do agente da EEB no estado e manter um sistema de vigilância para detecção precoce de animais infectados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade Suídea</p>	<p>Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>), bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suinícola e para a saúde da população, a Cidasc executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) e determinadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Departamento de Saúde Animal.</p> <p>As doenças alvo do Programa de Sanidade Suídea são a Peste Suína Clássica, Peste Suína Africana e Doença de Aujeszky, as quais acometem suínos e precisam de atenção constante do Serviço veterinário oficial, pois são enfermidades que refletem diretamente no mercado interno e externo do Estado de Santa Catarina. As ações do programa são realizadas para prevenção e detecção precoce da ocorrência dessas principais enfermidades.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>



Sanidade Avícola	As principais ações do programa de sanidade avícola consistem em prevenir e controlar as enfermidades de interesse na avicultura comercial, de subsistência e na saúde pública, com foco principal nos seguintes agentes: Influenza aviária, Doença de Newcastle, Laringotraqueíte, salmonelas e micoplasmas. As atividades são focadas na manutenção de sistemas de prevenção e detecção precoce de Influenza aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC), gerando uma rápida resposta às suspeitas e aos eventos sanitários destas enfermidades. Desta forma, mantém no estado importantes ações de vigilância ativa, através da realização de monitorias sanitárias nas aves de descarte e no entorno de sítios de aves migratórias, bem como o acompanhamento direto das monitorias realizadas no compartimento avícola e nas granjas com lotes importados, em período de quarentena. Além das ações com foco em IA e DNC, ressalta-se a atuação constante na vigilância, certificação e monitoramento sanitário dos plantéis avícolas, atuando nas fiscalizações para registro e manutenção de registro dos estabelecimentos, estimulando assim melhorias constantes na biossegurança destes, e também, realizando o acompanhamento de processos de saneamento de estabelecimentos avícolas acometidos por patógenos de importância. Para o êxito, mantém-se atualizada a equipe técnica através de capacitações e o frequente estímulo às ações de educação sanitária, em sintonia às legislações federais e às diretrizes internacionais.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade dos Caprinos e Ovinos	Ações de cadastro e atualização dos estabelecimentos de criação; orientação aos produtores; vigilância epidemiológica e sanitária nas propriedades; atendimento às doenças de notificação obrigatória e determinação de medidas sanitárias; educação sanitária.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Sanidade dos Animais Aquáticos	O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos principalmente na criação de moluscos bivalves, sendo que SC é o único estado que faz monitoramento oficial microbiológico e de ficotoxinas na produção de moluscos bivalves. Setores como a carcinicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade das Abelhas	Apoio à apicultura e meliponicultura catarinense por meio das atividades pertinentes à Defesa Sanitária Animal como: educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de pragas, doenças e intoxicações. Tem como objetivo manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e contribuindo com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para a agropecuária do estado.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade Equídea	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos. As principais atividades desenvolvidas são educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doenças de notificação obrigatória.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Apoyo Laboratorial	Os Laboratórios oficiais de Diagnóstico Animal da Cidasc, localizados em Chapecó e Joinville, realizam apoio importante às atividades da Defesa Sanitária Animal no estado, com a realização das seguintes atividades: preparação, triagem, acondicionamento de amostras para o transporte até o laboratório de referência; produção dos meios de conservação das amostras; apoio nos monitoramentos e inquéritos de doenças dos programas oficiais do MAPA, seja no diagnóstico ou na triagem e preparação para o transporte do material a ser analisado. O laboratório de Chapecó está credenciado para realizar exames de AAT (antígeno acidificado tamponado) e TPF (teste de polarização fluorescente) para veterinários habilitados pelo Programa de Brucelose e Tuberculose e também realiza exames de AAT para a vigilância da brucelose em abatedouros como parte das ações de erradicação desta doença no estado. Em Joinville, são realizados exames de IFD (imunofluorescência direta) para controle e vigilância da Raiva em herbívoros e exames para vigilância de Brucelose e Tuberculose (Elisa em soro, Elisa em leite e AAT para abatedouros). Os Laboratórios implantaram o sistema de Gestão da Qualidade que continuamente é aperfeiçoado pela equipe técnica, através de treinamentos fora e dentro do estado, para garantir a qualidade dos serviços prestados à Defesa Sanitária Animal e aos clientes externos.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Fiscalização de eventos agropecuários	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar e controlar doenças que possam ser disseminadas por meio de uma aglomeração de animais. Composta pela análise clínica dos animais, verificação de documentos e fiscalização da atuação do RT e do promotor do evento.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Avaliação e Aperfeiçoamento da Defesa Sanitária Animal	Apoio à coordenação dos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc por meio do planejamento e gerenciamento da aplicação de ferramentas de avaliação do serviço estadual de defesa sanitária animal, através de Supervisões Internas, que objetivam uma constante melhoria e aperfeiçoamento do serviço de Defesa Sanitária Animal do estado.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Defesa Sanitária Vegetal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Vegetal	Ações com objetivo estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização de insumos que controlem ou impeçam a disseminação de pragas, além da fiscalização da produção e comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do estado de Santa Catarina.	Cidadão/ Empresas/ Cidadãos	Produtor/ Comércio/ DEDEV
Cadastro de Agrotóxicos	O cadastro de agrotóxicos, registrados previamente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Empresas/Produtor/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de Comerciantes de Agrotóxicos e Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Os comerciantes de agrotóxicos devem ser registrados junto à Cidasc e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A Cidasc executa a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos. No site da Cidasc, é possível realizar a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de agrotóxicos.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Fiscalização do uso de Agrotóxicos	A Cidasc faz coleta de produtos vegetais para determinar a possível presença de resíduos de agrotóxicos não permitidos para a cultura, assim como para verificar se estão acima do limite máximo permitido pela legislação. As fiscalizações do uso são baseadas por receituários agrônômicos e movimentação de agrotóxicos de estabelecimentos responsáveis pela comercialização.	Empresas/Produtor/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA



Registro de Comerciantes de Sementes e Mudanças e Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças	<p>As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização, para garantir um material reprodutivo que atenda às expectativas de produção. Para tanto, a Cidasc controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com a legislação federal e estadual, realizando a coleta amostral de lotes de sementes, a fim de verificar a qualidade fisiológica e viabilidade do material comercializado no estado de Santa Catarina.</p> <p>A Cidasc mantém em seu site a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de sementes e mudas.</p>	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária e Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados	<p>Para atuar como responsável técnico (RT) no sistema de certificação fitossanitária o engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas de trânsito de produtos vegetais, potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.</p> <p>Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária, o RT poderá se cadastrar junto à Cidasc, com habilitação específica para a praga quarentenária objeto do curso.</p> <p>As informações são repassadas ao MAPA para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária.</p>	Responsáveis Técnicos	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã e Citrus.	<p>Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como banana, maçã e citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo aos requisitos fitossanitários conforme o destino da produção.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV



Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação	A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária, frente à atual legislação federal em vigor. O interessado deve indicar um responsável técnico habilitado para a praga quarentenária de interesse, que fará todos os processos de inscrição junto à Cidasc. Uma vez inscrita, a unidade de produção (UP) e unidade de consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe a Cidasc garantir ao MAPA e a outros estados que os processos sejam realizados adequadamente e que a produção catarinense não traz risco de disseminação de pragas, por meio de seus produtos vegetais comercializados.	Cidadão/Produtor/Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Levantamentos de detecção, delimitação e monitoramento de pragas	<p>Para a manutenção do <i>status</i> fitossanitário de Santa Catarina perante o MAPA são realizados levantamentos de pragas periodicamente.</p> <p>O estado possui <i>status</i> de Área Livre das Pragas (ALP): Moko da Bananeira (<i>Ralstonia solanacearum</i>, raça 2) e <i>Cydia pomonella</i>.</p> <p>Os levantamentos de delimitação são realizados com o intuito de identificação dos níveis populacionais, em relação àquelas presentes no estado, tais como: Cancro europeu (<i>Neonectria ditissima</i>), Cancro cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> pv. <i>citri</i>), Sigatoka negra (<i>Pseudocercospora fijiensis</i>), Thrips da ferrugem da bananeira</p> <p>Para as pragas não presentes no estado, como HLB (<i>Candidatus Liberibacter</i>), Mofo azul do fumo (<i>Peronospora tabacina</i>), Cancro bacteriano da videira (<i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>viticola</i>), e outras prioritárias com iminência de ocorrência no território catarinense, são realizados levantamentos de detecção, para garantir o <i>status</i> fitossanitário de praga ausente, cumprindo os requisitos fitossanitários que venham a ser exigidos por países importadores e outras unidades da federação, além de impedir os prejuízos decorrentes dessas pragas no estado.</p> <p>Segundo a Lei nº 17.825, de 12 de dezembro de 2019, os levantamentos de pragas tem ainda como objetivos coletar, processar, analisar, interpretar e divulgar dados sobre sua ocorrência, visando à adoção de medidas estratégicas ou emergenciais de controle ou erradicação eventualmente necessárias.</p>	Cidadão / Produtor / Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV



Permissão de Trânsito Vegetal – PTV	A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitossanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.	Cidadão/Produtor / Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Fiscalização do Trânsito Vegetal	Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.	Cidadão/Produtor/Empresas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e consequentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal. E, ainda, desenvolve trabalhos ligados à extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA



Inspeção de Produtos de Origem Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inspeção de Produtos de Origem Animal	<p>Coordena e fiscaliza as ações de inspeção, as quais são realizadas atualmente por profissionais graduados em medicina veterinária, vinculados ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE) através de convênios entre Cidasc e municípios catarinenses ou empresas e cooperativas credenciadas pela Cidasc.</p> <p>O objetivo do serviço de inspeção é garantir a segurança dos alimentos ao consumidor, através da inspeção <i>ante e post mortem</i> dos animais e da adoção de medidas de controle de todo processo produtivo de alimentos de origem animal. A inspeção atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e outras doenças veiculadas pelos alimentos e contribui para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais.</p> <p>As ações dos profissionais da Cidasc compreendem, principalmente:</p> <ol style="list-style-type: none">1) vistorias nos locais em que as indústrias estão ou almejam se instalar;2) realização e aprovação de projetos de fluxo de produção das agroindústrias;3) realização de análises de processos de fabricação e de rotulagem de produtos;4) acompanhamento e fiscalização das atividades de rotina das indústrias;5) fiscalização das atividades dos médicos veterinários habilitados;6) realização de coleta de produtos de origem animal para análises laboratoriais;7) combate a fraudes;8) combate à clandestinidade;9) ações de educação sanitária;10) realização e/ou apoio de pesquisas relacionadas à produção de alimentos e segurança dos alimentos.	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP



Cadastro de Frigoríficos para Novilho Precoce	<p>Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto 2.908, de 26 de maio de 1998.</p> <p>Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; diminui o déficit de carne bovina do estado; gera maior renda e emprego no meio rural; e melhora a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário.</p>	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Análise de Alimentos	<p>No SIE a realização das análises laboratoriais é executada periodicamente por meio de análises de monitoramento (coletas mensais) e amostras fiscalizatórias (coletas semestrais). Tais análises são realizadas visando a avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos dos produtos de origem animal, da água de abastecimento e gelo dos estabelecimentos que estão registrados no SIE.</p> <p>As análises dos produtos dos estabelecimentos SIE são realizadas em laboratórios credenciados junto à Cidasc, por meio de edital de credenciamento ou por meio de cooperação técnica com Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p>	Agroindústrias com SIE	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Credenciamento de Empresas que Realizam a Inspeção	<p>O serviço de inspeção de Produtos de Origem Animal do estado de Santa Catarina (SIE-SC) adotou o sistema de credenciamento de empresas, associações e cooperativas para realização do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal em estabelecimentos registrados no SIE.</p> <p>O credenciamento das empresas e entidades é regido pelo edital de credenciamento Cidasc 001/2018, o qual possui regras e normas a serem seguidas, além de descrever e normatizar a documentação necessária para o credenciamento.</p> <p>A Cidasc atua controlando, fiscalizando e inspecionando as ações e procedimentos das empresas credenciadas e dos Médicos Veterinários habilitados que atuam nos estabelecimentos SIE.</p>	Agroindústrias com SIE	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP



<p>Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)</p>	<p>O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), que tem como objetivo padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.</p> <p>O SISBI possibilita a equivalência do serviço de inspeção do estado, municípios e seus consórcios com o Serviço de Inspeção Federal (SIF). A equivalência dos serviços de inspeção promove a saúde pública, o combate à clandestinidade, a segurança e qualidade dos alimentos de origem animal, bem como contribui para o fortalecimento e desenvolvimento do setor agropecuário catarinense.</p> <p>O Serviço de Inspeção Estadual de Santa Catarina aderiu, desde 2013, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Tal condição permite que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar sua produção em todas as Unidades da Federação, desde que cumpridas pelas agroindústrias as exigências de adesão a este sistema (SISBI). Além de auditar e controlar a adesão de estabelecimentos ao SIE visando concessão do selo SISBI, consórcios e municípios catarinenses que almejam comercializar produtos em todo o território nacional também são fiscalizados pela Cidasc.</p>	<p>Agroindústrias com SIE/ SIM/ consórcios intermunicipais.</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>
--	---	---	---

Educação Sanitária

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
<p>Educação Sanitária em Defesa Agropecuária</p>	<p>É o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.</p>	<p>Crianças do ensino fundamental e comunidade escolar, estudantes de graduação de cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, comunidade acadêmica, produtores rurais, técnicos agrícolas e médicos veterinários habilitados.</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP.</p>



2.6. Principais Processos de Apoio

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão de pessoas	Dotar os órgãos de quadro efetivo, qualificado e suficiente para permitir o atendimento à sociedade	Gestão da Folha de Pagamento	Empregados/Sociedade	Departamento Estadual de Gestão de Pessoas/Divisão de Gestão da Folha
		Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas		Supervisão de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas
		Segurança e Medicina do Trabalho		Supervisão de Segurança, Medicina e Bem Estar no Trabalho
Gestão administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado	Gestão Econômico Financeira	Empregados/ Cidadãos usuários/ Sociedade	Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira
		Gestão Patrimonial		Departamento Estadual de Gestão Patrimonial
		Planejamento Estratégico		Departamento Estadual de Planejamento
		Comunicação com clientes internos e externos		Assessoria de Comunicação
		Gestão de Tecnologia		Departamento Estadual de Gestão de Tecnologia
		Controles Internos		Auditoria Interna
		Gestão de compras		Departamento Estadual de Operações Comerciais
		Gestão Jurídica		Departamento Jurídico



3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA

3.1. Programas do Plano Plurianual – Exercício 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 1)

Programa	Público Alvo	Objetivo
310 – Agronegócio Competitivo	Produtores rurais e atores da agroindústria	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Atores do agronegócio e consumidores	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos; promover a idoneidade dos insumos agropecuários; garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente.
850 – Gestão de Pessoas	Servidores públicos estaduais	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.
900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	Órgãos do Poder Executivo	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.



Despesa por Programa - Exercício 2020

Programa Subação	Valor PPA 2020-2023	Empenhado 2020	%Execução PPA
310 - Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro			
183 - Movimentação de granéis no TGSFS	R\$ 76.965.079,00	R\$ 255.182,08	0,33%
315 - Defesa Sanitária Agropecuária			
14711 - Educação sanitária	R\$ 1.732.556,00	R\$ 5.927,46	0,34%
14841 - Educação sanitária para ensino fundamental	R\$ 1.299.418,00	R\$ 754,20	0,06%
1800 - Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	R\$ 4.114.822,00	R\$ 267.904,12	6,51%
2216 - Classificação de produtos de origem vegetal	R\$ 2.598.836,00	R\$ 107.352,73	4,13%
2625 - Ações de Defesa Sanitária Vegetal	R\$ 14.553.480,00	R\$ 549.946,09	3,78%
2967 - Ações de Defesa Sanitária Animal	R\$ 28.587.193,00	R\$ 2.090.941,99	7,31%
850 - Gestão de Pessoas			
12973 - Capacitação profissional dos agentes públicos - Cidasc	R\$ 129.942,00	R\$ -	0,00%
3451 - Encargos com estagiários - Cidasc	R\$ 2.499.214,00	R\$ 288.069,46	11,53%
570 - Administração de pessoal e encargos sociais - Cidasc	R\$ 822.923.851,00	R\$ 198.200.820,56	24,08%
900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo			
2555 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - Cidasc	R\$ 61.895.609,00	R\$ 7.677.277,25	12,40%
3781 - Manutenção e modernização dos serviços de TI e comunicação -Cidasc	R\$ 22.523.244,00	R\$ 2.713.628,08	12,05%
Total Geral	R\$ 1.039.823.244,00	R\$ 212.157.804,02	20,40%

Fonte: SIGEF



3.2. Recursos Aplicados por Grupo de Natureza de Despesa – Execução 2017 a 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 1)

Relatório	Ano					Total Geral
Gastos por Grupo de Natureza de Despesas	2017	2018	2019	2020		
31 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 32.309.343,45	R\$ 48.279.808,09	R\$ 60.038.884,18	R\$ 61.617.389,80	R\$ 202.245.425,52	
33 - Outras Despesas Correntes	R\$ 17.431.566,10	R\$ 17.877.457,78	R\$ 17.418.955,54	R\$ 14.499.560,95	R\$ 67.227.540,37	
44 - Investimentos	R\$ 31.333,12	R\$ 173.425,33	R\$ 950.478,10	R\$ 6.788,68	R\$ 1.162.025,23	
Total Geral	R\$ 49.772.242,67	R\$ 66.330.691,20	R\$ 78.408.317,82	R\$ 76.123.739,43	R\$ 270.634.991,12	



Fonte: SIGEF



3.3. Justificativa sobre as Subações não Realizadas ou Realizadas Parcialmente – Exercício de 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 2)

Nada a declarar conforme Portaria N.TC-0975/2019

3.4. Avaliação dos Programas – Execução 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 1)

Programas

Programa é um instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema, atendimento de necessidade ou demanda da sociedade, ou aproveitamento de oportunidade.

3.4.1. PROGRAMAS IMPLEMENTADOS

Programa	Implementação
310 – Agronegócio Competitivo	A implementação do Programa se deu pela articulação do conjunto de ações com o objetivo de fomentar a capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Realização de ações preventivas e também de inspeção e fiscalização direcionadas para manutenção da sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais seus produtos e subprodutos; para idoneidade dos insumos agropecuários; para garantia de aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

3.4.2. MONITORAMENTO DAS AÇÕES AO LONGO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Programa	Monitoramento
310 – Agronegócio Competitivo	Por meio dos terminais do corredor de exportação de São Francisco do Sul são escoadas as safras da região sul e do centro oeste, cerca de 12% dos grãos exportados pelo Brasil passam pelo Terminal, que opera 24 horas por dia e atende as principais empresas brasileiras exportadoras de soja, farelo de soja e milho. O terminal graneleiro possui 2 armazéns e a pesagem de caminhões e vagões é feita por



	<p>balanças eletrônicas; os caminhões são descarregados através de tombadores e os vagões em moegas próprias. Apesar de ainda constar nas competências formais da Cidasc, a operação do Terminal está sob responsabilidade da SCPar desde o mês de dezembro de 2019.</p>
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	<p>Defesa Sanitária Vegetal e Fiscalização de Insumos Agrícolas: Trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado. Também realiza fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e armazenam agrotóxicos, registro de estabelecimentos, cadastro de agrotóxicos, controle de qualidade de sementes e mudas, verificação de resíduos de agrotóxicos em produtos orgânicos e convencionais.</p> <p>Defesa Sanitária Animal: Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses. Conta com um laboratório de análises próprio para detecção de doenças animais para os seguintes diagnósticos: Exames de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina.</p> <p>Inspeção de Produtos de Origem Animal: Serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa. Permeando todas as atividades do programa está a Educação Sanitária Agropecuária, que é uma atividade estratégica, instrumento da defesa agropecuária, que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, com intuito de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.</p>

3.4.3. RESULTADOS

Programa	Resultados
310 – Agronegócio Competitivo	Apesar de ainda estar formalmente dentre as competências da Cidasc, o Terminal Graneleiro de São Francisco está sob operação da SC Par desde dezembro de 2019.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Preservação da sanidade animal, vegetal, a idoneidade dos insumos agropecuários e aspectos higiênico-sanitários dos alimentos.

3.4.4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Programa	Avaliação
310 – Agronegócio Competitivo	Acompanhamento da exportação catarinense de milho e soja (milhões de toneladas exportadas)*
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Certificações sanitárias de área/zona livre de doenças animais e pragas/doenças vegetais.



3.4.5. IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE

Programa	Impactos
310 – Agronegócio Competitivo	Aquecimento econômico do estado e consequente incremento das exportações de milho e soja.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Aumento de estabelecimentos legalizados com Selo de Inspeção Estadual (SIE), maior padronização na conversão de esforços para inocuidade e segurança alimentar. Elevação no Índice de Conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal (hortaliças e frutas). Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses.

3.5. Contingenciamento de Despesas – Exercício 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 3)

Contingenciamento de despesas no EXERCÍCIO 2020 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.



Fonte de Recursos	Orçamento atualizado (R\$ mil)	Programação Financeira Liberada	Saldo Contingenciado
100000000	R\$ 198.989.181,00	R\$ 198.082.949,22	R\$ 906.231,78
101000000	R\$ 14.400.000,00	R\$ 14.400.000,00	R\$ 0,00
219000000	R\$ 2.585.000,00	R\$ 2.313.342,85	R\$ 271.657,15
240000000	R\$ 50.907.143,00	R\$ 4.974.675,28	R\$ 45.932.467,72
260000000	R\$ 15.000,00	R\$ 9.668,30	R\$ 5.331,70
266000000	R\$ 972.125,40	R\$ 972.125,40	R\$ 0,00
269000000	R\$ 1.140.000,00	R\$ 466.104,45	R\$ 673.895,55
280000000	R\$ 35.000,00	R\$ 482,12	R\$ 34.517,88
285000001	R\$ 6.745,93	R\$ 6.746,66	-R\$ 0,73
298000000	R\$ 1.025.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 965.000,00
619000000	R\$ 773.848,56	R\$ 773.848,56	R\$ 0,00
628000000	R\$ 293.248,07	R\$ 293.248,07	R\$ 0,00
640000000	R\$ 1.357.938,59	R\$ 1.357.938,59	R\$ 0,00
660000000	R\$ 3.118,45	R\$ 3.118,45	R\$ 0,00
669000000	R\$ 316.962,81	R\$ 316.962,81	R\$ 0,00
680000000	R\$ 14.492,37	R\$ 14.492,37	R\$ 0,00
685000001	R\$ 232.498,19	R\$ 232.498,19	R\$ 0,00
698000000	R\$ 2.329.453,99	R\$ 2.329.453,99	R\$ 0,00
7300000000	R\$ 1.856,80	R\$ 1.856,80	R\$ 0,00



TOTAL

R\$ 275.398.613,16

R\$ 226.609.512,11

R\$ 48.789.101,05

3.5.1. RAZÕES PARA CONTINGENCIAMENTO

Em 24 de janeiro de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 439, que trata da programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2020, por meio do qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, por fonte de recurso.

A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial.

Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano na medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias.

No momento da elaboração da LOA 2020, ainda não havia sido oficializada a desvinculação do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, portanto a previsão orçamentária de fonte 0.240 ficou superestimada. Desta forma, como não houve arrecadação de fato no decorrer do ano, 90% do valor previsto foi contingenciado. Com relação ao contingenciamento da fonte 0.298, eram previstas alienações de bens as quais não foram efetivadas durante o período.

Com relação ao contingenciamento da fonte 0.100, sobre a qual a Cidasc não tem ingerência direta, pois é fonte de receita advinda do Tesouro Estadual, com a situação da pandemia causada pela COVID-19, parte dos recursos foram destinados a esta causa, de modo que foi atendido somente o estritamente necessário para viabilizar as atividades da empresa.

Nos quadros acima, estão detalhados o orçamento autorizado, a programação financeira liberada e o saldo contingenciado. Na sequência, os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

3.5.2. EFEITOS PROVOCADOS

Devido às consequências da pandemia de COVID-19, a Cidasc teve redução em alguns de seus custos operacionais; além disso, houve recebimento de receita suficiente para viabilizar as atividades da empresa, pois a Cidasc contou com recursos de Descentralização de Crédito Orçamentário da Secretaria de Estado da Agricultura, além de saldo remanescente de convênio com o Ministério da Agricultura. Desta forma, foi possível manter o status sanitário de excelência que possui o Estado de Santa Catarina. Contudo os investimentos necessários para modernização e ampliação dos serviços prestados pela Cidasc ficaram comprometidos no exercício de 2020.

3.6. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Anexo V, Item II, Subitem A 4)

Não apresentamos passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

3.7. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Anexo V, Item II, Subitem A 5)

Não apresentamos restos a pagar por mais de um exercício financeiro.



4. ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO

4.1. Execução Física e Financeira do Plano Plurianual em 2020 (Anexo V, Item II, Subitem A 2)

Comparação das metas físicas e financeiras previstas e realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente.

4.1.1. OBJETOS DE EXECUÇÃO ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2020

Subação	Objeto Execução	Produto	PL Físico	Real. Físico	IE Físico	Empenhado	Liquidado	IE Financeiro
001800	2020OE000001 Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade e colheita	Estabelecimento inspecionado	1.600,00	2.175,00	135,93 %	267.904,12	260.942,15	97,40 %
002216	2020OE000004 Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto agrícola classificado	330.000,00	296.155,47	89,74 %	107.352,73	102.352,73	95,34 %
002625	2020OE000003 Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), f	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas	3.500,00	4.981,00	142,31 %	549.946,09	458.621,35	83,39 %
002967	2020OE000002 Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Prod de Origem Animal	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas	15.000,00	15.516,00	103,44 %	2.090.941,99	1.996.881,59	95,50 %



014711	2020OE000005 Educação Sanitária	Pessoa capacitada	2.500,00	3.775,00	151,00 %	5.927,46	5.927,46	100,00 %
014841	2020OE000006 Educação Sanitária para Ensino Fundamental	Aluno capacitado	2.500,00	2.015,00	80,60 %	754,20	754,20	100,00 %

Fonte:
SIGEF

Justificativa sobre as ações não realizadas ou realizadas parcialmente:

2020.1 - Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate a clandestinidade e colheita de amostras (Inspeção)

Meta física executada (135,93%) e meta financeira parcialmente executada (97,40%). A meta física executada com excedente mostra que as fiscalizações não foram prejudicadas pela pandemia, demonstrando rápida adaptação frente ao desafio apresentado. A meta financeira parcialmente executada demonstra a racionalização na utilização dos recursos.

2020.2 - Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de animais e produtos de origem animal (Defesa Sanitária Animal)

Meta física executada (103,44%) e meta financeira parcialmente executada (95,50%). A meta física executada com excedente mostra que as fiscalizações não foram prejudicadas pela pandemia, demonstrando rápida adaptação frente ao desafio apresentado. A meta financeira parcialmente executada demonstra a racionalização na utilização dos recursos.

2020.3 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras. (Defesa Sanitária Vegetal)

Meta física realizada (142,31%) e meta financeira parcialmente utilizada (83,39%), A meta física extrapolada se deve à utilização de recursos humanos da área vegetal concentrados nessas atividades em detrimento de algumas atividades da fiscalização de insumos, pela escassez de mão-de-obra. A meta financeira realizada parcialmente se deve à utilização de recursos compartilhados entre diversas áreas;



2020.4 - Classificação de Produtos de Origem Vegetal (toneladas)

Meta física parcialmente realizada (89,74%) e meta financeira realizada parcialmente (95,34%). Meta física realizada parcialmente devido a esta atividade ser essencialmente realizada por demanda. A meta financeira realizada parcialmente reflete a não realização integral do planejado, devido à demanda abaixo do previsto pelo serviço.

2020.5 - Educação Sanitária

Meta física realizada com excedente (151%) e meta financeira realizadas integralmente. A meta física realizada com excedente demonstra a importância da educação sanitária para a empresa e seus colaboradores.

2020.6 - Educação Sanitária para o Ensino Fundamental

Meta física realizada parcialmente (80,60%) e meta financeira realizada integralmente. A meta física foi realizada parcialmente pois a mesma equipe cumpriu metas excedentes em outros objetos de execução.



5. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Composição do quadro de servidores ativos	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.060
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.045
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0
3. Servidores Terceirizados	77
Total de Servidores (1+2+3)	1.137

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade	
CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	QUANTITATIVO
1. Cargos em Comissão	4
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3
1.3. Servidores vinculados a Outros Órgãos	0
1.4. Sem Vínculo	1
1.5. Aposentados	0
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2)	75
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	75
2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos	0
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	79

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade		
Escolaridade	Quantidade	%
Fundamental incompleto	15	1%
Fundamental completo	34	3%
Médio completo	337	32%
Superior incompleto	31	3%
Superior completo	381	36%
Especialização completa	191	18%
Mestrado completo	46	4%
Doutorado completo	10	1%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade		
Idade	Quantidade	%
Até 24 anos	0	0%
De 25 a 34 anos	105	10%
De 35 a 44 anos	442	41%
De 45 a 54 anos	272	26%
Mais de 55 anos	226	22%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero		
Gênero	Quantidade	%
Masculino	703	67%
Feminino	342	33%

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados		
TIPOLOGIA DOS CARGOS	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	146	920
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	140	905
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	6	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Terceirizados	107	0
Total de Servidores (1+2+3)	253	920

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço		
Tempo de Serviço	Quantidade	%
Até 5 anos	117	11%
De 6 a 10 anos	266	25%
De 11 a 15 anos	488	47%
De 16 a 20 anos	1	0,1%
De 21 a 25 anos	0	0%
Mais de 25 anos	173	17%



5.1.1. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

As políticas de capacitação e treinamento de pessoal seguem as orientações do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), Plano Gerencial (PG) e estão alinhadas às Normas de Capacitação da Cidasc. A qualificação profissional dos empregados da Cidasc deve proporcionar a promoção do desenvolvimento pessoal, por meio de sua qualificação e aperfeiçoamento técnico, a valorização, por meio da maturidade profissional, o aumento da escolaridade dos empregados, visando o seu melhor desempenho, proporcionando soluções inovadoras para as demandas da Companhia, o desenvolvimento da cultura organizacional da Companhia, baseada no modelo de gestão por resultados e a melhora da administração, por meio da capacitação. As ações de capacitação devem estar sintonizadas com a missão e os objetivos da Companhia, devendo ainda ser planejadas e implementadas de forma a atender às áreas meio e fim, contribuindo para a excelência da Companhia.

As Normas de Capacitação da Cidasc tem como objetivos gerais: elevar os níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela empresa; promover a valorização e o desenvolvimento profissional dos empregados; apoiar o planejamento e o desenvolvimento institucional, favorecendo o aprimoramento de competências individuais e coletivas; articular as políticas de qualificação profissional com os objetivos da empresa; integrar as necessidades individuais e organizacionais aos aspectos de qualificação e desenvolvimento de pessoas. As ações de capacitação podem gerar a pontuação na Avaliação da Maturidade Profissional do empregado ou a progressão de carreira, conforme o regramento específico.

5.1.2. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANO

O indicador utilizado atualmente pela empresa na Avaliação de Resultados é a participação de funcionários na área meio (número de funcionários na área meio/ número total de funcionários). O anexo III do PCCS – Avaliação de Resultado também considera indicadores de desempenho operacional do plano de trabalho.



5.2. Quadro de Pessoal da Unidade Gestora – Mensal – Valores (Anexo V, Item III, Alínea A)

Vínculo *	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês **												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	7.906.504	7.578.778	7.463.940	7.550.160	7.257.007	7.652.366	7.482.521	7.799.634	7.381.752	7.289.488	10.469.605	11.376.641	97.208.397
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	14.317	10.584	10.584	10.584	10.584	10.584	18.332	10.584	10.584	10.584	11.970	19.782	149.073
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	0,00	5.880	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	35.280
Estagiários	30.846	29.452	27.754	22.160	22.752	23.275	22.942	19.364	20.625	24.124	23.089	19.543	285.926
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	8.091	6.458	5.986	5.986	5.986	5.986	5.986	4.257	4.257	4.257	5.032	6.302	68.584
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	1.161.407	966.876	1.061.156	1.110.237	1.195.239	1.085.746	1.151.430	1.107.292	1.090.871	1.156.755	1.509.683	1.672.458	14.269.150
Jovem Aprendiz	41.008	36.939	44.579	35.239	36.511	37.249	35.532	34.596	33.416	41.110	39.169	38.319	453.667
Total	9.162.173	8.634.967	8.616.940	8.737.306	8.531.019	8.818.146	8.719.683	8.978.667	8.544.445	8.529.258	12.061.488	13.135.985	112.470.077

NOTAS: * Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos. ** Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatórios integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestoras do Estado, a previdência complementar SC PREV.



5.3. Quadro de Pessoal da Unidade Gestora – Mensal – Quantidade (Anexo V, Item III, Alínea A)

Vínculo	Quantidades/Mês*											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	922	927	928	947	954	952	953	954	954	955	955	950
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Estagiários	49	47	47	47	45	43	39	35	39	43	40	34
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	15	14	14	14	14	14	13	13	13	13	13	13
Jovem Aprendiz	54	52	50	48	46	45	42	42	43	36	34	33
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	97	97	97	96	96	96	96	95	95	95	95	94
Total	1143	1142	1141	1157	1160	1155	1148	1144	1149	1147	1142	1129

Fonte: Relatório SIGRH e Escrita Fiscal



5.4. Demonstrativo de Postos de Trabalho na Unidade Gestora por Meio De Contratos de Terceirização de Serviços (Anexo V, Item III, Alínea B)

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções) *	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
COPEIRA - 08 horas	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ENCARREGADO - 08 horas	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	
DIGITADOR - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
JARDINEIRO - 08 horas	1	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	
MOTORISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO 08 horas	10	10	33	31	29	28	25	25	25	24	25	25	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 08 horas	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	
SERVENTE - 08 horas	22	22	38	35	35	35	33	33	33	33	33	33	
TELEFONISTA - 06 horas	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
VIGILÂNCIA - 24 horas	7	7	7	7	7	7	2	2	2	2	2	2	
Total	46	45	92	87	83	82	72	72	72	71	73	73	R\$3.143.858,76

NOTAS:

* Refere-se à quantidade de postos de trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.



5.5. Remuneração Anual Paga a Membros de Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Unidade Gestora (Anexo V, Item III, Alínea D)

Cargo	Remuneração/Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Diretoria:	778.841,61				509.279,42
Presidente	295.359,83	-	-	-	184.192,16
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	147.903,45	-	-	-	100.503,85
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	191.835,23	-	-	-	126.766,33
Diretor (a) de Comercialização	7.573,33	-	-	-	6.398,93
Diretor (a) Institucional	136.169,77	-	-	-	91.418,15
Conselho Fiscal:	35.280,00				33.339,60
Conselheiro (a) (jan-jun)	5.880,00				5.233,20
Conselheiro (a) (jan-jun)	5.880,00	-	-	-	5.880,00
Conselheiro (a)	11.760,00				10.466,40
Conselheiro (a) (jul – dez)	5.880,00	-	-	-	5.880,00
Conselheiro (a) (jul – dez)	5.880,00	-	-	-	5.880,00
Total	814.121,61				542.619,02

NOTAS:

* Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

Jeton: Gratificação pela participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica, conforme definido em lei ou no estatuto do órgão ou entidade.

** Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).



6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

O Departamento Estadual de Gestão Patrimonial – DEPAT, unidade diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, é formado por 03 (três) Supervisões Estaduais, a Supervisão Estadual de Gestão do Patrimônio – SEPAT, a Supervisão Estadual de Gestão de Veículos - SEVEI, a Supervisão Estadual de Gestão do Serviços, as quais são responsáveis por gerir a parte operacional da empresa, visando dar o suporte para que seja atingida a finalidade da Cidasc.

Dentre as competências do DEPAT, cumpre ressaltar em sentido *lato* que auxiliamos na elaboração do Planejamento Anual, inserindo as atividades, metas e melhorias a serem implantadas no exercício seguinte, com na experiência dos dados em anos anteriores, elaboração de relatórios para Diretoria Executiva e demais Unidades Organizacionais, realização de reuniões cotidianas para aperfeiçoar o desenvolvimento do trabalho, supervisionar tecnicamente as atividades de sua competência, sugerir melhoria de procedimentos em consonância com as demais áreas da empresa e zelar pelos bens patrimoniais da Companhia.

Já as competências em sentido *stricto*, são relativos à gestão do patrimônio, projetos de engenharia, administração da frota de veículos e sistema de locomoção de pessoas, além da segurança, limpeza e manutenção do patrimônio, bem como os serviços de copa e gestão do contrato dos terceirizados no âmbito estadual. Importante ressaltar que obtivemos resultados positivos na realização de nova licitação para um de nossos contratos de terceirizados, havendo uma economia de 22%, bem como a implantação de um sistema de atendimento eletrônico na área de telefonia, eliminou a necessidade do contrato com as telefonistas, sem custos adicionais. Da mesma forma, foi implementado um programa de eficiência energética para substituição de todas as lâmpadas fluorescentes e incandescentes por led, a fim de diminuirmos os gastos com energia elétrica no Escritório Central.

Desta forma, é possível adotar medidas para eficiência da gestão pública, aprimorando a confecção de instruções de serviço e propostas instruções normativas referente ao nosso escopo de atuação, além de realizar o controle da utilização e despesas com veículos, controle dos contratos de terceirizados e demais termos firmados com outros entes públicos, controlando o seu prazo de vigência, avaliar a política de seguros veiculares em conjunto com a Diretoria, bem como controlar processo de sinistros.

Cabe destacar o exercício da função de preservação dos bens imóveis, os quais na região norte e no meio oeste do Estado foram bastante afetados pela passagem do ciclone bomba, sendo o departamento responsável pelo auxílio e restauração das unidades afetadas, a fim de que os serviços públicos fossem restabelecidos com a maior brevidade possível e os colaboradores pudessem executar suas atividades em local seguro.

Também cabe o controle do auditório da empresa, dando o suporte necessário para os eventos realizados. Além de promover e controlar os registros de imóveis, suas alterações, licenças, baixas, averbações, regularidade patrimonial, escrituras, regularidade tributária, cessões de uso, serviços cartorários e manter sob sua guarda os processos de sindicância patrimonial.

6.1. Bens Móveis

Em função de sua atuação em todo o território catarinense, com os seus 19 (dezenove) Escritórios Regionais, a Cidasc tem um número significativo de bens móveis que possibilitam aos seus trabalhadores desempenharem suas atividades com excelência, a fim de que seja mantido e ampliado o Status Sanitário Vigente, almejando continuar sendo reconhecida como Excelência em Sanidade Agropecuária.



Para que mantenhamos a estrutura sanitária para promoção da Saúde Pública a Cidasc conta com uma frota de 637 (seiscentos e trinta e sete) veículos, sendo a quinta frota do Estado de Santa Catarina, destes veículos, 123 (cento e vinte e três) se encontram em Convênios com outros Órgãos do Governo, principalmente Prefeituras, as quais cedem servidores efetivos à Cidasc para execução de ações de Defesa Agropecuária, fazendo com que a capilarização dos serviços executados pela empresa seja manifestada nos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios que compõem o Estado Catarinense.

6.2. Bens Imóveis

A Cidasc possui 41 (quarenta e um) imóveis para abrigar suas necessidades, sendo 04 (quatro) em Florianópolis, 03 (três) no Departamento Regional de Caçador, 04 (quatro) no Departamento Regional de Campos Novos, 01 (um) no Departamento Regional de Canoinhas, 02 (dois) no Departamento Regional de Chapecó, 01 (um) no Departamento Regional de Concórdia, 03 (três) Departamento Regional de Criciúma, 01 (um) no Departamento Regional de Itajaí, 07 (sete) no Departamento Regional de Joinville, 01 (um) no Departamento Regional de Lages, 01 (um) no Departamento Regional de Mafra, 02 (dois) no Departamento Regional de Rio do Sul, 02 (dois) no Departamento Regional de São Joaquim, 02 (dois) no Departamento Regional de São Lourenço do Oeste, 03 (três) no Departamento Regional de São Miguel do Oeste e 04 (quatro) no Departamento Regional de Tubarão.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia da Informação – DEGET é constituído por uma divisão e duas supervisões, que compreendem profissionais ligados às áreas de Tecnologia, Redes, Telecomunicações, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário. O objetivo deste Relatório é demonstrar as atividades desenvolvidas pelo DEGET no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2020, informando aos colaboradores desta Instituição, bem como à comunidade em geral, os resultados do trabalho desempenhado pelas equipes deste departamento, e, que, contribuem ativamente na melhoria da defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina. Na sequência serão apresentados, de forma resumida, uma avaliação das atividades de maior relevância institucional realizadas por cada um dos setores deste departamento.

DEGET – Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia

O DEGET, na sua competência, durante o ano de 2020, manteve o constante aperfeiçoamento e correções do sistema de defesa agropecuária, SIGEN+ e a reativação do módulo de agrotóxicos.

No decorrer de 2020, uma das principais demandas da Cidasc foi atendida: o pacote corporativo Google foi contratado e a migração da ferramenta de e-mail institucional executada. A migração do PAE para o G-Suíte foi iniciada em maio de 2020, sendo concluída nas primeiras semanas de junho, trazendo ganhos de produtividade e confiabilidade institucional. Em plena pandemia, as ferramentas contratadas proporcionaram o ambiente necessário para realização das videoconferências necessárias, tanto no período do home office quanto nas reuniões que puderam deixar de ser realizadas presencialmente e migraram para as reuniões online, evitando gastos com deslocamentos e diárias.



O período de 2020 também contou com a aquisição de 37 notebooks, 310 tablets e 50 impressoras térmicas para as áreas técnicas, tais equipamentos foram adquiridos para reforçar o trabalho técnico despendido na manutenção do status sanitário de Santa Catarina. Complementarmente, esta aquisição, junto aos 126 equipamentos adquiridos em 2019, foi essencial para prover dispositivos móveis para Cidasc, durante a crescente demanda causada pela pandemia em curso.

Planejando a segurança dos ativos e estrutura da Cidasc, foi realizada a compra de 50 fitas de backup, para a garantia de backup em meio físico dos dados de nossos bancos e servidores, e licenças de antivírus para suprir a demanda de segurança de todos os equipamentos e ativos da rede, minimizando assim, os riscos com vírus e infecções na rede.

Durante o ano foi celebrada a licitação de contratação de empresa de desenvolvimento, para suprir as demandas de manutenção dos sistemas administrativos, SIGEN+, BI e aplicativo da Cidasc. Em meados de dezembro de 2020, iniciou a prestação de serviço da empresa contratada para os LOTES I e III. Ainda, tivemos a troca de empresa de prestação de serviço de impressoras locadas, sendo toda a migração realizada entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Também contamos com o novo contrato de manutenção da rede de telefonia IP e foi iniciado, ainda em 2020, o processo para contratação de conexão de rede por antenas via satélite, impressoras locadas, garantia de servidores HP, manutenção da rede de telefonia VOIP.

Iniciamos o planejamento, juntamente com a Epagri, para migração da capilaridade devido ao final do contrato SEA, previsto para julho/2021. Considerando as solicitações da área técnica, quanto à melhoria dos sistemas para dispositivos móveis, foi dado início ao projeto InovaDefesa, com o desenvolvimento de novo aplicativo para atendimento dos técnicos internos e, em uma segunda etapa, dos produtores rurais, ambas etapas (perfil agente e perfil produtor) previstas para entrega em 2021. Estão previstos neste novo aplicativo: Perfil agente - aplicação e impressão dos formulários dinâmicos e kits em campo, acompanhamento de metas de aplicação dos formulários, check-in e check-out do estabelecimento com geolocalização, inserção de cadastro manual, impressão em impressora térmica; Perfil produtor - preenchimento e validação de formulários, consultas e visualizações do histórico da propriedade, registros e atualizações feitas pelo agente, inventário para conferência em campo, atualização cadastral e outros.

Com as propostas e processos executados, acima citados, a DEGET trouxe melhorias nos sistemas criados e administrados por este Departamento em 2020 e está em fase de desenvolvimento de novas melhorias e novas soluções. A proposta da DEGET nas compras de equipamentos, desenvolvimento e melhorias oferecidas é sempre oferecer novas soluções para os serviços prestados internamente (aos empregados) ou externamente (a sociedade), atendendo, na medida do possível, as demandas e expectativas internas e externas.

SETEL - Supervisão de Infraestrutura de Redes e Telecomunicações

Administração de servidores, aproximadamente 40 servidores entre físicos e virtuais. Administração da rede interna e toda a capilaridade, contendo 89 links de capilaridade e 44 antenas via satélite, diversos escritórios com links compartilhados entre Epagri e Cidasc. Administração da rede de telefonia IP. Administração e suporte de rede e telecomunicações em geral. Administração e controle de backup dos servidores.

No decorrer do ano de 2020, a Supervisão de Infraestrutura de Redes e Telecomunicações - SETEL executou a troca do banco de baterias do nobreak pelo fim de vida útil do mesmo, e a troca do módulo de potência deste mesmo nobreak, que queimou, no intuito de garantir a disponibilidade e integridade dos servidores, em caso de falha no fornecimento de energia. Complementando essas atividades de manutenção preditiva, foi renovado também o contrato de manutenção do gerador de energia, para que possa manter o fornecimento ininterrupto de energia elétrica, de maneira confiável e complementar ao nobreak, caso qualquer anomalia ocorra na rede externa proveniente da concessionária. Tais ações visam manter a disponibilidade e integridade do SIGEN+, e dos demais sistemas da Cidasc.



Foram adquiridos 30 aparelhos telefônicos para serem utilizados na telefonia da rede do governo e fitas de backup, para que os dados sejam armazenados com segurança. Outra ação foi a manutenção preventiva do ar condicionado que se encontra no datacenter e o fechamento das janelas do datacenter, possibilitando manter a temperatura dos servidores em uma temperatura ideal para seu bom funcionamento.

DISIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas DISIS

Administração de sistemas proprietários da Cidasc, neles estão os sistemas administrativos e SIGEN+, além de site e portal Cidasc. Administração dos bancos de dados relacionados aos sistemas da empresa. Administração de contrato de prestação de serviços de empresas de desenvolvimento.

● Projetos/demandas atendidos para Diretoria de Defesa Agropecuária.

- Aplicativo SIGEN+, atendimento inicial para DEDSA, DEINP e DEDEV - constante manutenção e melhoria.
- Manutenção do site da Cidasc - atualização das informações conforme demanda e manutenção constante da plataforma e tecnologias utilizadas.
- Manutenção do SIGEN+, com melhorias constantes, conforme demanda da área técnica e normatizações internas/externas.
- Envio de dados PGA (Plataforma de Gestão Agropecuária) - manutenção da funcionalidade e monitoramento dos envios. O estado de Santa Catarina mantém atualizados os dados solicitados pelo MAPA, com envios periódicos.
- Webservice para acesso das agroindústrias - manutenções efetuadas e monitoramento constante para o pleno funcionamento.
- Manutenção do ambiente de homologação e testes.
- Atendimento das solicitações de empresa conveniada (Relatórios, alterações no sistema, treinamento e BI)
- Projeto InovaDefesa, novo aplicativo em desenvolvimento, conforme demanda da área técnica, previsão de entrega em meados de 2021.
- Desenvolvimento de BI para análise de dados, desenvolvidas telas e site para publicação e acesso.

● Projetos/demandas atendidos para Diretoria Administrativa e Financeira.

- Manutenção e melhorias implementadas nos sistemas administrativos, decorrentes de alteração na legislação Trabalhistas/Tributárias nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- Melhoria de sistemas administrativos conforme demanda da área respectiva.
- Correção e melhoria no sistema de avaliação de desempenho.
- Veículos, requisição sem papel.
- Contas a pagar, melhorias conforme solicitações da gestão do departamento para otimização das atividades.
- Implantação dos escritórios dentro do Integração, com automatização com whatsapp, permitindo o acesso, leitura e ciência do escritório via dispositivo móvel.
- Implantação de banco de parecer da DEJUR, dentro do PJUD.



DADOS ESTATÍSTICOS - COMPARATIVO ENTRE 2019 E 2020

	2019	2020	Comparativo 2019/2020	% de diferença
E-relacionamentos (chamados) finalizados	11.296	11.043	97,76%	-2,24%
Total de usuários ativos no sistema	227.833	246.842	108,34%	8,34%
Usuários: Produtores	215.324	240.892	111,87%	11,87%
Usuários: Colaboradores	1.236	1.223	98,95%	-1,05%
Usuários: Médico Veterinário	1.420	2.184	153,80%	53,80%
Usuários: Fiscal Federal	102	141	138,24%	38,24%
Usuários: Agroindústria	984	1.739	176,73%	76,73%
Usuários: Apoio Agropecuário	561	663	118,18%	18,18%
Número de GTAs emitidas	1.343.484	1.350.939	100,55%	0,55%
Número de UEPs Ativas	666.811	649.234	97,36%	-2,64%
Número de Atestados de exame PNCEBT registrados no Sigent+	29.715	35.522	119,54%	19,54%
Número de outros Atestado de exame registrados no sistema	110.973	57.351	51,68%	-48,32%
Número de PTVs emitidas	72.696	64.782	89,11%	-10,89%
Número de CFO's emitidos	39.334	34.825	88,54%	-11,46%
Número de CFOC's emitidos	37.235	31.339	84,17%	-15,83%
Produtores primários que aderiram ao e-origem	2.157	1.034	47,94%	-52,06%
Produtos cadastrados no e-origem	Sem dados	5.228	Sem dados comparativos	
Receituários Agronômicos emitidos	1.213.561	659.969	54,38%	-45,62%

SESTI – Supervisão de Suporte em Tecnologia da Informação

Administração de suporte a equipamentos e softwares. Administração e suporte de telefonia móvel. Administração e suporte de e-mail, pacote Google. As atividades desempenhadas por esta supervisão visam manter a padronização e conformidade do parque tecnológico da Cidasc.



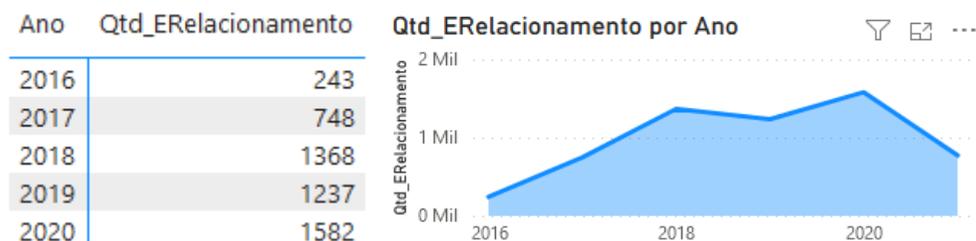
As atividades incluem manutenções preventivas nos equipamentos de propriedades da Cidasc, manutenções corretivas, auditorias de licenças e equipamentos, padronização dos softwares do parque, assim como análise técnica de editais de licitação e pareceres técnicos. Esta supervisão também é responsável por:

- Gestão patrimonial do parque tecnológico, estabelecendo a logística de recebimento, remanejo e distribuição dos equipamentos de TI.
- Gestão dos e-mails (criação, inclusão nas listas, e redefinição de senha).
- Criação, gestão e exclusão de usuários
 - Criação – no AD, e-mail e Sistemas
 - Exclusão – No ato da demissão (sistemas, AD e e-mails)
 - Gestão – AD, sistemas administrativos, e e-mail.
- Concessão, remoção e manutenção das permissões sistemas administrativos, respeitando a cadeia hierárquica organizacional da Cidasc.
- Triagem dos bens patrimoniais de TI que são encaminhados para os leilões, assim como participa ativamente em conjunto com a Supervisão de Gestão Patrimonial, para o loteamento dos bens de TI considerados reutilizáveis.

Desenvolveu, juntamente com a DEGET, as Instruções de Serviços: IS DEGET n. 002/2020 - Procedimentos de Segurança e IS DEGET n. 003/2020 V.2 - Serviço de Impressão. Em 2020, promoveu economia máxima de recursos, aproveitou ao máximo os insumos consumíveis na manutenção de equipamentos, executando o remanejo necessário de componentes e provendo economia ao erário.

Dados estatísticos:

Esta supervisão atendeu 1582 E-relacionamentos (chamados), mais os atendimentos emergenciais, que eventualmente não foram registrados no sistema de chamados.





8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informações sobre licitações e contratos: a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

8.1. Valores Anuais de Licitações e Contratos por Modalidade (Anexo V, Item V, Alínea A)

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício:	2020
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual: (A + B + C)	
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.640.472,17	R\$ 1.640.472,17	
Tomada de Preços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Pregão Presencial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Pregão Eletrônico	R\$ 0,00	R\$ 2.178.771,21	R\$ 8.209.899,12	R\$ 10.388.670,33	
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	R\$ 0,00	R\$ 1.050.570,00	R\$ 1.091.336,41	R\$ 2.141.906,41	
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.312.588,58	R\$ 1.312.588,58	
Inexigibilidade de Licitação	R\$ 0,00	R\$ 70.401,00	R\$ 27.600,00	R\$ 98.001,00	
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Total	R\$ 0,00	R\$ 3.299.742,21	R\$ 12.281.896,28	R\$ 15.581.638,49	

*locação de imóveis no valor de R\$ 385.142,36 já somado nos serviços (Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses))

8.1.1. ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE.



9. CONTROLE INTERNO

Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando: a) recomendações expedidas no exercício; b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento.

9.1. Recomendações Expedidas em 2020 (Anexo V, Item VI, Alínea A)

Descrição da recomendação	Providências adotadas	Setor responsável pela implementação	Síntese da providência adotada	Resultados obtidos
Avaliação das estruturas dos postos de fiscalização (Barreiras Sanitárias)	Emissão da portaria 41820 criando grupo de trabalho para, entre outros temas, definição sobre manutenção/exclusão/inclusão de postos de fiscalização.	Presidência, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa e Financeira	Realizada pesquisa e avaliação das estruturas dos postos de fiscalização	Levantamento atual da estrutura de cada posto de fiscalização.
Padronização da rotina de recebimento de denúncia de infrações cometidas por empregado da Cidasc	Emitida Instrução Normativa nº 004/2020 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em caso de infração praticada por empregado da Cidasc no exercício de suas atribuições	Presidência	Definição de canal específico para reportar as comunicações de infração praticadas pelos empregados da empresa e definiu a responsabilidade do Departamento de Controle Interno e Ouvidoria para apuração preliminar do fato.	Maior transparência; impessoalidade e otimização das apurações das infrações cometidas pelos empregados da empresa.
Nomeação de membros qualificados e com dedicação integral para realização dos processos administrativos disciplinares	Avaliação prévia do perfil dos empregados para formação das comissões dos processos administrativos disciplinares	Presidência	Emitida Portaria 21520, criando a comissão com dedicação integral para atuar nos processos administrativos disciplinares.	Maior celeridade nos processos administrativos disciplinares



Revisão, atualização e divulgação do Código de Conduta e Integridade	Emissão da portaria nº 39120 criando a comissão permanente para revisão e atualização periódica	Departamento Estadual de Controle Interno e Ouvidoria, Departamento Estadual de Gestão de Pessoas e Assessoria Jurídica	Criada comissão para revisão do Código de Conduta e Integridade	Processo de revisão do código de Conduta e Integridade em andamento
Implantação de Sistema informatizado ou eletrônico para controle da jornada de trabalho (ponto)	Avaliação pela diretoria das opções de sistema existente no mercado	Diretoria Administrativa e Financeira	Realizado reunião de demonstração de produto com algumas empresas para conhecer as opções no mercado.	Ciência que existe no mercado opções de sistema informatizado que otimizam o trabalho de registro da jornada e trariam maior confiabilidade no registro do ponto.
Adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13709/18	Foi criado grupo de trabalho interno para estudo da legislação e implantação da política de proteção de dados.	Presidência	Nomeado encarregado da LGPD e política de proteção de dados sendo elaborada	O processo da implantação da LGPD está em andamento.



10. OUVIDORIA

No ano de 2020 foram realizados os seguintes atendimentos através do canal de ouvidoria:

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamações	23
Denúncias	39
Sugestões	1
Solicitações	217
Lei de Acesso à Informação	8
TOTAL	288